

XIII SEMPAD

Seminário de Pesquisa em Administração UNIFACS

**Saúde ocupacional das trabalhadoras rurais da comunidade de Serra Grande,
Valença, Bahia**

**Marcelo Felipe Nunes Amaral¹; Adriana Oliveira dos Santos²; Gessica de Jesus
dos Santos²; Michelle Sampaio Santos²; Patrick Rangel Santos²**

¹ Docente do curso técnico em administração, CEEP. Email: amaral0113@gmail.com

² Discentes do curso técnico em administração

Palavras-Chave: Sistema único de saúde; Saúde da mulher; Políticas públicas

INTRODUÇÃO

O ambiente de trabalho deve ser construído de um espaço seguro e saudável. Nessa perspectiva, a saúde é de suma importância para que o trabalhador gera alta produtividade no trabalho. Diante disso é fundamental que haja o desenvolvimento de ações que visam a construção de uma saúde preventiva, a fim de melhorar a qualidade de vida no trabalho. Ações que não visem somente a prevenção a lesões físicas, mas também a saúde mental.

O ministério da saúde aponta que houve mais de 3 milhões de registros de doenças ocupacionais entre 2007 e 2022, destes, 12,2% referia-se a causas biológicas como acidentes por animais peçonhentos, e 3,7% por lesões por esforços repetitivos (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. Os conflitos mentais são questões desafiadoras no desenvolvimento do trabalho e pessoal, diminuindo a concentração, motivação, estresse ocupacional e entre outras. Nesse contexto, o trabalho feminino no campo apresenta uma série de desafios como dupla jornada de trabalho, mal remunerado, construção e perspectivas machistas sobre o trabalho feminino no campo, a não projeção de materiais ergonômicos. Nessa perspectiva o Sistema único de saúde - SUS propõem políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador e trabalhadora a fim de promover melhores condições de trabalho.

Diante desses pressuposto, o trabalho propôs analisar o acesso de mulheres trabalhadoras rurais da comunidade de Serra Grande, Valença, Bahia a políticas públicas de prevenção de doenças e agravos, a promoção do bem-estar físico, mental e social, e a garantia da dignidade no trabalho.



Essa investigação torna-se relevante por integrar aspectos políticos, sociais e econômicos, promovendo uma discussão sobre o acesso das mulheres a políticas públicas de saúde e segurança do trabalho. Além disso, a pesquisa busca fomentar a discussão da mulher e trabalhadores dentro da sociedade, bem como o conhecimento sobre direitos trabalhistas, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes e para o fortalecimento de acesso a políticas públicas.

METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como quali-quantitativa de caráter exploratória, buscando identificar o perfil do público alvo e como as mesmas utilizam as políticas públicas como forma de construção de uma melhor qualidade de trabalho e vida.

O trabalho foi desenvolvido em algumas etapas a fim de atender os objetivos: Etapa 1 - Realização de revisão bibliográfica das distintas do SUS sobre as organizações para saúde do trabalhador. Etapa 2 - Identificar moradores do distrito que realizam atividades de trabalho no campo, e aplicar um questionário semiestruturado a fim de coletar as informações. Etapa 3 - Análise dos resultados e construção de artigos científicos.

Dentro do público que participou da pesquisa, houve 15 mulheres com idades variando entre 36 e 62 anos. Dentre elas identificou mulheres que são mães solteiras tendo a produção de cacau, banana, cravo e urucum como principal fonte de renda e desenvolvendo atividades complementares como trancista e faxineira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a análise dos resultados, observou-se que 50% das trabalhadoras rurais apresentaram dificuldades físicas na execução de suas atividades, relatando dores nos joelhos e na coluna, em decorrência da realização prolongada de tarefas em pé ao longo do dia. Os distúrbios osteomusculares constituem sinais de agravos à saúde, geralmente associados a movimentos repetitivos, longas jornadas de trabalho, aumento de peso corporal e envelhecimento (BESERRA; HENNINGTON; PIGNATTI, 2023).

Apesar dessas dificuldades, verificou-se o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas e botas, o que demonstra certo nível de consciência preventiva entre as trabalhadoras. No entanto, estudos como o de Pezzini e França (2023) destacam que



o uso de EPIs nem sempre está relacionado a um acompanhamento técnico adequado ou a uma cultura consolidada de segurança, sendo, muitas vezes, resultado de práticas empíricas adquiridas pela experiência cotidiana. Assim, embora o uso de EPIs seja um indicativo positivo, ainda é necessário ampliar as ações de capacitação e fiscalização voltadas a essa população.

Com relação ao acesso aos serviços públicos de saúde, 40% das participantes relataram limitações, atribuídas principalmente à distância geográfica das unidades de atendimento e à dificuldade de acesso a meios de transporte adequados. Franco, Lima e Giovanella (2021) destacam a necessidade de ampliar o acesso dos trabalhadores rurais aos serviços de saúde dentro das próprias comunidades, visto que esse acesso representa um direito fundamental e uma forma de garantir conforto e continuidade no atendimento. A metropolização dos serviços de saúde, segundo os autores, torna-se um processo desgastante para a população rural, especialmente devido aos aspectos geográficos e ao isolamento das localidades.

Além disso, é possível identificar relações desiguais de gênero associadas à insegurança financeira. Costa (2014) aponta que as mulheres do meio rural sentem-se sobrecarregadas após o casamento, devido à dupla jornada de trabalho — tanto nas atividades agrícolas quanto nas tarefas domésticas, assumindo integralmente o cuidado e a responsabilidade pelo bem-estar familiar. Nesse contexto, verificou-se também que 73% das mulheres entrevistadas eram mães, e apenas 7% continuaram exercendo atividades laborais durante a gestação, entre o sétimo e o nono mês, o que evidencia as dificuldades de afastamento decorrentes da insegurança financeira. Costa (2014) acrescenta que a busca pela independência financeira e pela conquista de autonomia muitas vezes coloca as mulheres em situações de vulnerabilidade, comprometendo a segurança e a saúde das trabalhadoras rurais.

Ademais, constatou-se que, desse total, apenas duas mulheres não tiveram acesso ao benefício do auxílio-maternidade (ou salário-maternidade). Tal direito tem como objetivo assegurar uma fonte de renda durante o período de afastamento do trabalho. Diversos fatores, contudo, estão associados ao não acesso a esse benefício, como a burocratização na comprovação da atividade rural e a irregularidade documental das trabalhadoras (SILVA, 2025).

No que se refere à saúde psicológica, foi possível identificar alterações emocionais



associadas à execução de atividades de colheita em diferentes propriedades rurais, prática frequentemente adotada como estratégia de complementação da renda familiar. Além disso, questões de ordem pessoal, como a preocupação com o bem-estar dos filhos, mostraram-se fatores relevantes na geração de insegurança e na redução do desempenho laboral. Costa (2014) descreve que muitos casos de depressão estão relacionados às questões socioculturais construídas em torno do papel feminino, como a responsabilidade familiar exacerbada e a imposição de superioridade masculina nas relações de trabalho e de convivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise dos resultados permitiu compreender que as condições de trabalho das mulheres rurais ainda revelam marcantes desigualdades sociais e de gênero, que se refletem diretamente em sua saúde física, emocional e no acesso a direitos sociais básicos. As dificuldades relatadas, como dores musculoesqueléticas decorrentes de longas jornadas e esforços repetitivos, reforçam a necessidade de ações preventivas de saúde ocupacional voltadas especificamente para o contexto do trabalho agrícola feminino.

Embora tenha sido identificado o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), esse fator isoladamente não é suficiente para garantir a segurança e o bem-estar das trabalhadoras, sobretudo diante da ausência de acompanhamento técnico e de políticas públicas eficazes de fiscalização e orientação.

As limitações no acesso aos serviços de saúde, causadas pela distância geográfica e pela precariedade do transporte público, reafirmam a importância de fortalecer a atenção primária em áreas rurais, aproximando o atendimento das comunidades e reduzindo a dependência dos centros urbanos.

Do ponto de vista social, observa-se que a dupla jornada de trabalho e a insegurança financeira intensificam a vulnerabilidade feminina no campo. As mulheres, em grande parte mães, enfrentam dificuldades em se afastar do trabalho durante a gestação e, em alguns casos, encontram barreiras burocráticas para acessar benefícios legais, como o salário-maternidade, o que demonstra falhas na efetividade das políticas de proteção social.

Além disso, a saúde psicológica dessas trabalhadoras se mostra comprometida por fatores como sobrecarga, instabilidade econômica e responsabilidades familiares, aspectos



que geram insegurança e afetam o desempenho laboral. Esse cenário evidencia a necessidade de uma abordagem integral e intersetorial das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, contemplando dimensões de saúde, assistência social, trabalho e gênero.

Portanto, conclui-se que a promoção da saúde e do bem-estar das trabalhadoras rurais exige ações coordenadas entre Estado e sociedade civil, capazes de garantir condições dignas de trabalho, acesso efetivo aos serviços de saúde e equidade de gênero no meio rural. Somente a partir dessa perspectiva integrada será possível construir caminhos mais sustentáveis e justos para o fortalecimento da mulher trabalhadora no campo.

REFERÊNCIAS

BESERRA, L.; HENNINGTON, É.; PIGNATTI, M. G. Condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais: uma revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 137, 2023.

COSTA, M. G. S. G. Gênero, trabalho e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas na região do Mato Grande Potiguar. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UFRN, 2014.

FRANCO, C. M.; LIMA, J. G.; GIOVANELLA, L. *Atenção primária à saúde em áreas rurais: acesso, organização e força de trabalho em saúde em revisão integrativa*. **Cadernos de Saúde Pública**, 2023.

LOURENÇO, E. A. S.; BERTANI, I. F. Saúde do trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 32, p. 121-134, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572007000100011>
Acesso: 08 jul 2025.

Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil). No Brasil foram registrados 2.888 acidentes fatais em 2023, segundo dados do eSocial. *Portal Gov.br*, 21 de julho de 2024. Disponível em: [Gov.br/Trabalho-e-Emprego](https://gov.br/Trabalho-e-Emprego). Acesso em: 5 jul. 2025.

PEZZINI, C. F.; FRANÇA, R. N. C. Adoecimento mental no contexto dos trabalhadores rurais: um estudo de revisão integrativa. **Caderno Brasileiro de Saúde Mental**, v. 15, n. 40, 2023.

SILVA, J. R. C. **A garantia de acesso ao salário-maternidade rural face aos entraves administrativos e judiciais**. 2025. PDF. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/retrieve/9690bce8-0d87-4ec6-ab4e-3c588d2f93d9/26945.pdf>. Acesso em: 05 de out. de 2025.

